



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade De Ciências Econômicas
Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração
Curso de Especialização em Gestão Estratégica

**POSSIBILIDADES SUSTENTÁVEIS PARA O PROBLEMA DE INSEGURANÇA
HÍDRICA, DE SANEAMENTO E DE HIGIENIZAÇÃO, ENFRENTADO PELA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE.**

João Bosco Braga do Couto e Silva Júnior

Belo Horizonte
2025

João Bosco Braga do Couto e Silva Júnior

*****VERSÃO CORRIGIDA****

POSSIBILIDADES SUSTENTÁVEIS PARA O PROBLEMA DE INSEGURANÇA HÍDRICA, DE SANEAMENTO E DE HIGIENIZAÇÃO, ENFRENTADO PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE.

*****VERSÃO CORRIGIDA****

Monografia de especialização apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção da titulação de Especialista.

Orientadora: Professora Dra. Marlusa de Sevilha Gosling

Coordenador: Professor Dr. Valderi Alcântara

Belo Horizonte
2025

Ficha catalográfica

SI586p
2025

Silva Júnior, João Bosco Braga do Couto e.
Possibilidades sustentáveis para o problema de insegurança hídrica,
de saneamento e de higienização, enfrentado pela população em
situação de rua de Belo Horizonte [manuscrito] / João Bosco Braga
do Couto e Silva Júnior. – 2025.1 v.: il.

Orientadora: Marlusa de Sevilha Gosling.

Monografia (especialização) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia.

1. Administração. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Saneamento. I.
Gosling, Marlusa de Sevilha. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Rosilene S. Santos - CRB-6/2527

Biblioteca da FACE/UFMG. – RSS/ 020/2025



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
Curso de Especialização em Gestão Estratégica

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do Senhor JOÃO BOSCO BRAGA DO COUTO E SILVA JÚNIOR, matrícula nº 2023707069. No dia 13/03/2025 às 19:00 horas, reuniu-se em sala virtual, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Estratégica - CEGE, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "POSSIBILIDADES SUSTENTÁVEIS PARA O PROBLEMA DE INSEGURANÇA HÍDRICA, DE SANEAMENTO E DE HIGIENE PESSOAL, ENFRENTADO PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSDR) DE BELO HORIZONTE", requisito para a obtenção do Título de Especialista. Abrindo a sessão, a orientadora e Presidente da Comissão, Profa. Dra. Marlusa de Sevilha Gosling, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao aluno para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguida das respostas do aluno. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do aluno e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

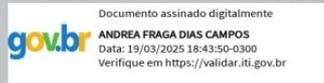
APROVADO

NÃO APROVADO

100 pontos (cem pontos) trabalhos com nota maior ou igual a 60 serão considerados aprovados.

O resultado final foi comunicado publicamente ao aluno pela orientadora e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 13/03/2025.

Profa. Dra. Marlusa de Sevilha Gosling
(Orientadora - CAD/UFMG)



Ma. Andréa Fraga Dias Campos
(Gestão e Organização do Conhecimento - UFMG)

Dr. Iury Teixeira de Sevilha Gosling
(Administração - UFLA)

Resumo

O artigo aborda o caso das populações em situação de rua e seus desafios diários de sobrevivência, principalmente em relação às dificuldades de acesso à água potável, saneamento, chuveiros e instalações adequadas para higienização pessoal. O estudo destaca a correlação da insegurança habitacional, hídrica e de saneamento básico a que está sujeita essa população a fatores históricos, políticos e socioeconômicos, os quais acentuam as consequências físicas e psicológicas do problema. Diante das constatações observadas, buscou-se mapear a existência de políticas e iniciativas sustentáveis, especialmente obtidas por meio dos princípios da inovação social e economia circular, como possibilidades para auxiliar na criação de políticas públicas estruturantes, uma vez que os modelos atuais se mostram insuficientes para garantir a essa camada social os serviços públicos essenciais previstos na Constituição de 1988. Ao final do trabalho, são apresentados os principais aspectos da literatura estudada, permitindo a identificação do campo de estudo e a construção de reflexões amplas sobre o tema para considerações futuras, visando à produção e ao compartilhamento de novos conhecimentos.

Palavras-chaves: população em situação de rua; acesso à água, saneamento e higiene; insegurança hídrica; inovação social

Abstract

The article addresses the issue of homeless populations and their daily survival challenges, particularly regarding the difficulties in accessing potable water, sanitation, showers, and appropriate facilities for personal hygiene. The study highlights the correlation between housing, water, and sanitation insecurity faced by these populations and the historical, political, and socioeconomic factors that exacerbate the physical and psychological consequences of the issue. Based on the observations, the research sought to map the existence of sustainable policies and initiatives, especially those derived from the principles of social innovation and circular economy, as potential solutions for the development of structural public policies, given that current models are insufficient to guarantee essential public services, as outlined in the 1988 Constitution. At the conclusion of the work, the main aspects of the literature reviewed are presented, enabling the identification of the research field and the development of broad reflections on the topic for future considerations, with the aim of producing and sharing new knowledge.

Keywords: homeless population; unsheltered homelessness; access to water, sanitation and hygiene (WaSH); water insecurity; social innovation

Resumen

El artículo aborda el problema de las poblaciones sin hogar y sus desafíos diarios de supervivencia, particularmente en lo que respecta a las dificultades para acceder a agua potable, saneamiento, duchas y las instalaciones adecuadas para la higiene personal. El estudio resalta la correlación entre la inseguridad en la vivienda, el agua y el saneamiento que enfrentan estas poblaciones y los factores históricos, políticos y socioeconómicos que agravan las consecuencias físicas y psicológicas del problema. Con base en las observaciones, la investigación buscó mapear la existencia de políticas e iniciativas sostenibles, especialmente aquellas derivadas de los principios de innovación social y economía circular, como soluciones potenciales para el desarrollo de políticas públicas estructurales, dado que los modelos actuales son insuficientes para garantizar los servicios públicos esenciales establecidos en la Constitución de 1988. Al final del trabajo, se presentan los principales aspectos de la literatura revisada, lo que permite identificar el campo de investigación y desarrollar reflexiones amplias sobre el tema para futuras consideraciones, con el objetivo de producir y compartir nuevos conocimientos.

Palabras clave: población en situación de calle; población sin techo; acceso al agua, saneamiento e higiene (WaSH); inseguridad hídrica; innovación social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
Impacto do Projeto Lavamae®	13
Impacto do Projeto Higiene Cidadã	14
Impacto do Projeto Aquabox	15
1.2 A População em Situação de Rua de Belo Horizonte	16
Capacidade da infraestrutura pública local	18
2 OBJETIVOS	19
2.1 Objetivos Gerais	19
3 JUSTIFICATIVA	20
4 REFERENCIAL TEÓRICO	21
4.1 Economia Circular	22
4.2 Inovação Social	23
4.3 Água, Saneamento e Higiene (WaSH)	24
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
5.1 Estudos complementares à metodologia	31
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
6.1 Artigos analisados	39
6.1.1 Co-defining WaSH (In) Security Challenges Among PEH: A Qualitative Study on the Human Right to Water and Sanitation from Bonn, Germany	39

6.1.2 Water, Sanitation, and Hygiene (WaSH) Insecurity in Unhoused Communities of Los Angeles, California, USA	40
6.1.3 A Socially Innovative Initiative to Foster Social Cohesion. Vienna, Austria	40
6.1.4 Restroom Access and Health Among People Experiencing Homelessness (PEH): A Focus on San Diego, CA	40
6.1.5 Water and Sanitation in Urban America, 2017–2019. To estimate the population lacking at least basic water and sanitation access in the urban United States	41
6.1.6 Acesso à água e ao esgotamento sanitário e população em situação de rua: avaliação das condições e da percepção da PSR sobre o acesso à água, ao saneamento básico e seus direitos nessa área. Belo Horizonte, Brasil	42
7 CONCLUSÃO	43
8 REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A População em Situação De Rua (PSR) no Brasil possui origem histórica, tendo sido vítima de desigualdades sociais e medidas que incluem políticas públicas repressivas e discriminatórias, instituídas pelo próprio Estado brasileiro (Chalhoub,1983). Diante da síntese de fatores políticos e socioeconômicos históricos tão simbólicos, tornam-se incontestáveis os inúmeros obstáculos enfrentados por esse grupo no que se refere ao acesso à água, ao saneamento e aos meios adequados para a realização de suas necessidades básicas de higiene. A ausência desses serviços essenciais aumenta significativamente a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua à transmissão de patógenos de origem fecal-oral, bem como a uma série de vírus como do COVID-19 e da Hepatite A (HAV), comprometendo a saúde pública e a qualidade de vida da população em geral, e contribuindo para a rotulação dos indivíduos devido ao acesso inadequado a esses recursos (Neves-Silva *et al.*, 2018; Welsh Carroll *et al.*, 2024). Quando não há banheiros suficientes ou acessíveis, as pessoas em situação de rua acabam adotando práticas prejudiciais tanto à sua saúde quanto à saúde de terceiros, como reter suas necessidades fisiológicas até que consigam acessar instalações adequadas, ou praticar a defecação a céu aberto nos espaços urbanos. Por outro lado, a promulgação de leis contra a moradia de rua, cria ambientes que reforçam um ciclo de pobreza e insegurança hídrica, de saneamento e de higiene (Avelar Portillo *et al.*, 2023). A criação desses dispositivos legais gera um sistema que pune uma população vulnerável por sua existência e um sistema de justiça criminal que enxerga esses indivíduos, comumente tratados como cidadãos de segunda classe, como poluidores do espaço urbano e uma ameaça para a sociedade, enquanto ativamente diminui a capacidade de coexistirem nos espaços públicos e acessarem seus direitos.

De acordo com o OBPoRua/POLOS-UFMG¹, a PSR² do país aumentou 25% entre dezembro de 2023 e o mesmo período de 2024, passando de 261.653 para 327.925 pessoas habitando os espaços públicos. O levantamento de dezembro de 2024 registrou um número quatorze vezes maior ao apresentado em 2013, 11 anos mais tarde, quando 22.922 pessoas habitavam os centros urbanos e regiões periféricas em todo o país. Essas estatísticas revelam uma realidade que vai além da simples falta de moradia, englobando disparidades na saúde, falta de acesso a serviços básicos, violência, exclusão social e até a marginalização da

¹OBPoRua/POLOS-UFMG – Observatório Brasileiro de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua da Universidade Federal de Minas Gerais.

² PSR – População em Situação de Rua.

pobreza. Uma associação de elementos, como a ausência de políticas multidimensionais contínuas e a ampla gama de fatores que leva os indivíduos a viverem nas ruas — tais como o abandono familiar, o vício em drogas e álcool, problemas de saúde mental e o desemprego —, agrava o problema social, tornando o desafio cada vez mais complexo de ser solucionado. Por consequência, a inacessibilidade a equipamentos públicos em condições adequadas de uso e a indisponibilidade de suprimentos de cuidados pessoais contribuem para o agravamento de doenças e para a exclusão social dessa parcela da população que aumenta a cada ano. Conforme o estudo de D. Capone *et al.*, (2020), o acesso à água potável e ao saneamento constitui um direito humano fundamental.

O Brasil, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), sancionada pela Lei nº 8.742/1993³, estabelece os preceitos para a oferta de proteção social a todos os cidadãos, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade. O preceito legal prevê a assistência social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado, independentemente de contribuição à seguridade social. A Lei garante a oferta de serviços, programas e benefícios voltados à inclusão social e à promoção da dignidade humana. Em relação às pessoas em situação de rua, a LOAS orienta a criação de políticas públicas para o atendimento dessa população, com a provisão de abrigos temporários, centros de convivência e apoio psicossocial, buscando restabelecer a autonomia e reintegração social dos indivíduos sem-teto. Os direitos sociais são fundamentais e estão relacionados ao acesso a serviços essenciais nas áreas da saúde, educação, habitação e lazer. Entre esses direitos expressos no artigo 6º da Constituição Federal⁴, incluem-se o direito à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados.

O Comentário Geral nº 15 do Comitê das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR, 2002) estabelece que o acesso à água potável, ao saneamento básico e à higienização constitui um direito humano fundamental. Registra-se, contudo, a existência de inúmeras comunidades em situação de rua ao redor do mundo as quais vivem sob um estado de insegurança simultânea em relação a esses serviços essenciais, denominados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sob a sigla WaSH (Water, Sanitation and Hygiene), que corresponde, em português, à água, saneamento e higiene. Essa vulnerabilidade

³ Lei orgânica da assistência social publicada em 08 de Dezembro de 1993. A Lei 8.742/1993 dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.

⁴ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015).

se torna ainda mais crítica em economias em transição, como a do Brasil, onde as deficiências infraestruturais são mais evidentes e comprometem o acesso universal a esses direitos fundamentais. Diante das questões relacionadas à violação dos direitos humanos e dos obstáculos encontrados por populações vulneráveis no que se refere ao acesso aos recursos essenciais para a saúde, bem-estar e integração social, seja no Brasil, seja em outros países, torna-se necessária uma análise bibliométrica com vistas à continuidade na investigação da produção científica sobre novas teorias e experimentos sobre a temática estudada. Essa abordagem permite compreender a amplitude do problema e embasar a formulação de políticas públicas mais eficazes para mitigar essas desigualdades estruturais. A PSR cresceu quase 12 vezes entre dezembro de 2013 e dezembro de 2023: em 2013, o número de pessoas vivendo nas ruas era de 22.922; em dezembro de 2023, esse número saltou para 261.653 indivíduos habitando os espaços urbanos — um aumento de aproximadamente 1.141,49%, ou mais 238.731 pessoas sem moradia. A situação seguiu uma trajetória crescente e, entre dezembro de 2023 e dezembro de 2024, o Brasil registrou um aumento adicional de 25,33% nesse grupo populacional, totalizando 327.925 pessoas nas ruas em todo o país, e evidenciando a deterioração contínua dessa realidade social. A Região Sudeste concentra a maior parte da população de rua, com 63% do total ou 204.714 pessoas, refletindo uma urbanização acelerada e descontrolada. A Região Nordeste registra 44.419 pessoas em situação de rua, representando 14% do total nacional. O estado de São Paulo concentra a maior parcela dessa população, registrando 43% do contingente nacional, ou 139.799 pessoas. O estado do Rio de Janeiro, com 30.801 pessoas, e de Minas Gerais, com 30.244, registram, respectivamente, a segunda e a terceira maior população de rua do país.

Esse panorama de crescimento exponencial da população em situação de rua no Brasil evidencia não apenas a ampliação das desigualdades sociais, mas também os desafios persistentes na execução de políticas públicas eficazes que possam garantir dignidade, proteção e inclusão para aqueles que vivem à margem da sociedade. A evolução desse quadro, com forte aceleração ao longo dos últimos anos, propõe uma reflexão sobre as causas estruturais e as medidas necessárias para reverter esse cenário. Na tabela 1 são apresentados os dados da evolução da PSR em todo o país, entre dezembro de 2013 e dezembro de 2024.

Tabela 1 – Evolução da PSR Brasil: 2013-2024

Tabela 1 - Evolução da PSR Brasil: 2013-2024

Ano-Mês	PSR Nacional	Aumento PSR %	Aumento PSR nº
dezembro 2013	22.922		
dezembro 2023	261.653	1.141, 49%	238.731
dezembro 2024	327.925	25, 33%	66.272

Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG (2025)

Entre dezembro de 2013 e dezembro de 2022, Belo Horizonte registrou um aumento importante na população em situação de rua, conforme apontam os dados do último Censo da População de Rua realizado pelo OBPopRua/POLOS-UFMG. Em 2013, o número de moradores de rua na cidade era de 1.827; em 2022, esse número saltou para 5.344 pessoas, representando um aumento de 192,5 %, ou um acréscimo de aproximadamente 3.517 indivíduos vivendo nas ruas da capital. Esse crescimento substancial reflete a intensificação das desigualdades, evidenciando a falta de investimentos contínuos na área e a falha das políticas públicas voltadas para as comunidades em situação de rua. O fenômeno é indicativo de uma crescente marginalização desse segmento, com sérias implicações para a estrutura social e o desenvolvimento sustentável regional. Na Tabela 2 é apresentada a evolução da PSR de Belo Horizonte, entre Dezembro de 2013 e Dezembro de 2022.

Tabela 2 – Evolução da PSR de Belo Horizonte: 2013-2022

Tabela 2 - Evolução da PSR Belo Horizonte: 2013-2022

Ano-Mês	PSR BH	Aumento PSR %	Aumento PSR nº
dezembro 2013	1.827		
dezembro 2022	5.344	192, 5%	3.517

Fonte: OBPopRua/POLOS-UFMG (2025)

Embora as populações de rua sejam maiores e mais evidentes em economias em desenvolvimento, o presente estudo identificou uma crescente população de rua em países

desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos. No país norte-americano, a população sem-teto cresce a cada ano ao mesmo tempo em que aumentam substancialmente as dificuldades encontradas por esse grupo no que se refere ao acesso aos recursos essenciais para a manutenção da saúde e para a inclusão social (Avelar Portillo *et al.*, 2023). Esse cenário evidencia que a questão não se restringe exclusivamente a diferenças econômicas entre países, mas também às lacunas estruturais e às falhas na execução de políticas públicas eficazes.

A negligência dos sucessivos governos e a ineficácia das políticas públicas na erradicação do problema reforça a necessidade premente de iniciativas inovadoras e validadas globalmente. Nesse contexto, ações promovidas por ONGs e parcerias público-privadas emergem como mecanismos complementares aos modelos tradicionais de gestão pública. Essas iniciativas podem contribuir significativamente para a formulação e execução de estratégias mais eficazes no enfrentamento das demandas urgentes das populações em situação de vulnerabilidade, promovendo soluções sustentáveis e garantindo o acesso universal a serviços essenciais (Thompson, 2002; Bauwens, *et al.*, 2012.).

Dentre as ações direcionadas às comunidades em situação de rua, destaca-se, em âmbito nacional, a criação de programas como o **Espaço Higiene Cidadã**, iniciado em 2020, em Fortaleza-CE, pela Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), e o **Aquabox**, uma iniciativa conjunta entre uma Organização não Governamental (ONG) de assistência social que atua na região central de Belo Horizonte-MG, composta por acadêmicos, o Instituto do Desenvolvimento Social (IEDS), o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU-MG), e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Ambos os projetos foram concebidos com o propósito de proporcionar às populações em situação de rua dos respectivos municípios, o acesso a serviços emergenciais integrados de abastecimento de água potável, alimentação, saneamento básico e higienização pessoal, em resposta às limitações estruturais e à precariedade das infraestruturas existentes. No segundo exemplo, o projeto inaugurado em Dezembro de 2024, em Belo Horizonte, integra princípios da inovação social e economia circular: um container, adaptado por arquitetos e urbanistas da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), abriga instalações de banho (chuveiros com água quente e sanitários) e oferece, gratuitamente, serviços de lavanderia e insumos de higiene pessoal para os moradores de rua da região do Complexo da Lagoinha. Em âmbito internacional, o projeto **LavaMae®**, destaca-se modelo de inovação social de amplo impacto por incorporar princípios da economia circular para atender às necessidades de saneamento básico e higienização das populações sem-teto, as quais enfrentam dificuldades em encontrar locais apropriados para a realização de cuidados pessoais, bem como restrições

de acesso a esses equipamentos públicos. A iniciativa, concebida por uma Organização não Governamental (ONG) sediada na cidade de São Francisco, no estado da Califórnia, Estados Unidos, disponibiliza banhos gratuitos e serviços de higiene pessoal a indivíduos em situação de rua, por meio de ônibus fora de circulação que são doados pelo município e convertidos em estações móveis de banho. Diante dos resultados alcançados pela integração entre economia circular e inovação social, considera-se a possibilidade de replicação dos modelos analisados em contextos locais que apresentem condições análogas, como estratégia para atenuar os desafios diários enfrentados por esse segmento no acesso a esses serviços essenciais. O quadro 1 mostra os resultados do modelo de inovação social aplicado em São Francisco, nos Estados Unidos.

Quadro 1 - Impacto do projeto lavamae®

Quadro 1 - Impactos do projeto Lavamae®							
Período em funcionamento	Local/País	Usuários atendidos	Banhos oferecidos	Parceiros envolvidos	Eventos itinerantes	Voluntários recrutados	
2014-2023	San Francisco, USA	32.500 +	86.500 +	250 +	55 +	2.500 +	
Fonte: lavamae.org/impact							

Impacto do Projeto Lavamae®

O impacto gerado pelo Projeto Lavamae® evidencia que iniciativas sociais sustentáveis desempenham um papel fundamental na reinserção social e no resgate da dignidade de indivíduos em situação de rua. A relevância da iniciativa que sintetiza inovação social com economia circular transcende os dados estatísticos, pois aborda um problema estrutural ao proporcionar acesso à higiene básica, elemento essencial para a promoção da saúde pública, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida. A ausência de infraestrutura para higienização pessoal não apenas compromete o bem-estar das populações vulneráveis, mas também se configura como um obstáculo significativo para o acesso a oportunidades de trabalho e moradia. Nesse sentido, o Lavamae® atua como um instrumento facilitador do processo de reintegração social, ao garantir banhos, insumos de higiene e um

atendimento humanizado, minimizando os impactos da marginalização social e possibilitando a recuperação da autoestima e da autonomia desses cidadãos.

O projeto "Higiene Cidadã", lançado em Fortaleza-CE em 2019, durante a pandemia, tem sido um marco positivo no atendimento à população em situação de rua daquela região. Com o objetivo de promover dignidade, cidadania e saúde, o projeto beneficia mais de 400 usuários diariamente, oferecendo acesso à água potável, saneamento básico, higienização, alimentação, roupas limpas e suprimentos de cuidados pessoais, incluindo itens específicos para higiene feminina. Os serviços gratuitos, distribuídos em quatro regionais da cidade, alcançaram mais de 22.000 atendimentos, proporcionando melhorias na qualidade de vida e na autoestima dos usuários. O quadro 2 apresenta os impactos do projeto de Fortaleza-CE, que teve início no auge da pandemia do Covid-19.

Quadro 2 - Impacto do projeto Espaço Higiene Cidadã

Quadro 2 – Impacto social do projeto de Fortaleza-CE				
Período em funcionamento	Local/País	Atendimento diário	Banhos oferecidos	Outros serviços
Desde 2019	Fortaleza-CE, Brasil	400 +	22.000+	Kits de higiene pessoal, etc.
Fonte: www.fortaleza.ce.gov.br				

Impacto do Projeto Higiene Cidadã

Os resultados do projeto Higiene Cidadã ressaltam que a iniciativa tem sido essencial para a assistência à população em situação de rua de Fortaleza-CE. Com foco na promoção da dignidade, cidadania e saúde, o projeto atende mais de 400 usuários diariamente, oferecendo água potável, saneamento básico, alimentação, roupas limpas e suprimentos de higiene pessoal, incluindo itens específicos para higiene feminina. Os serviços gratuitos, distribuídos em quatro regionais da cidade, resultaram em mais de 22.000 atendimentos, impactando diretamente a qualidade de vida e a autoestima dos beneficiados. Além de atender às

demandas emergenciais da pandemia, o modelo consolidou-se como uma estratégia essencial de inclusão social, reforçando a necessidade de criação de políticas públicas inclusivas e a promoção de parcerias público-privadas para a assistência às populações vulneráveis.

O projeto Aquabox, iniciado em 2024, em Belo Horizonte-MG, registrou impactos sociais importantes na vida da população em situação de rua do entorno do complexo do viaduto da Lagoinha, na região central da cidade. O projeto oferece atendimento diário a mais de 40 usuários, garantindo acesso à água potável, ao saneamento, à higienização, lavanderia, toalhas e insumos para cuidados pessoais, incluindo itens de higienização feminina. Os serviços são oferecidos gratuitamente em um container adaptado e já registrou mais de 3.000 atendimentos em menos de 3 meses de funcionamento, promovendo dignidade e melhorando as condições de vida das pessoas que compõem esse segmento populacional. No quadro 3 é apresentado os impactos gerados com a iniciativa que integra inovação social e economia circular para prover serviços de água, saneamento e higiene pessoal para a PSR de Belo Horizonte.

Quadro 3 - Impacto do projeto Aquabox

Quadro 3 – Impacto social do projeto Aquabox					
Período	Local/País	Atendimento diário	Banhos oferecidos	Instalações	Outros serviços
2024	Belo Horizonte	40 +	3.000+	1	Lavanderia, lavabos, kits de higiene

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte/Instituto do Desenvolvimento Sustentável (2025)

Impacto do Projeto Aquabox

O modelo sustentável tem provido serviços essenciais para a população em situação de rua do entorno da região central de Belo Horizonte tendo em vista a falta de estrutura e precariedade das instalações existentes. A iniciativa oferece atendimento diário em um container equipado com banheiros, chuveiros, instalações de saneamento e lavanderia. Os usuários também recebem toalhas limpas e *kits* para higiene pessoal. O projeto já registra resultados positivos, proporcionando dignidade, saúde e bem-estar aos beneficiados.

1.2 A População em Situação de Rua de Belo Horizonte

O cenário local aponta para uma população em situação de rua quase três vezes maior do que aquela registrada na última década, aproximando a 5.344 pessoas vivendo nas ruas da RMBH⁵, a maior parte concentrada nos perímetros da região central da capital, conforme apontam os resultados do último Censo Pop Rua 2022⁶, realizado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Apesar das limitações enfrentadas pelos órgãos responsáveis pela realização das pesquisas censitárias da população de rua em todo o Brasil, destaca-se que a grande maioria das pessoas em situação de rua da cidade é composta por homens (84%), com média de idade de 42,5 anos, seguido por mulheres, representando 16% dessa população e média de idade de 38,9 anos. Foi observada uma alteração no tempo médio de vida da população de rua da cidade, que aumentou de 7,4 anos, em 2013, para 11 anos, em 2024. Dos 5.344 indivíduos em situação de rua identificados pelo Censo Pop, 2.507 participaram da pesquisa. Dentre os entrevistados, 36,7% apontaram conflitos familiares como principal motivo para estarem nas ruas, seguidos pelo uso de álcool e drogas (21,9%), e pelo desemprego (18%). Embora a capital disponha de unidades de acolhimento (abrigos institucionais, casas de passagens e albergues) que integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade Do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado para oferecer às populações vulneráveis o atendimento integral que assegure

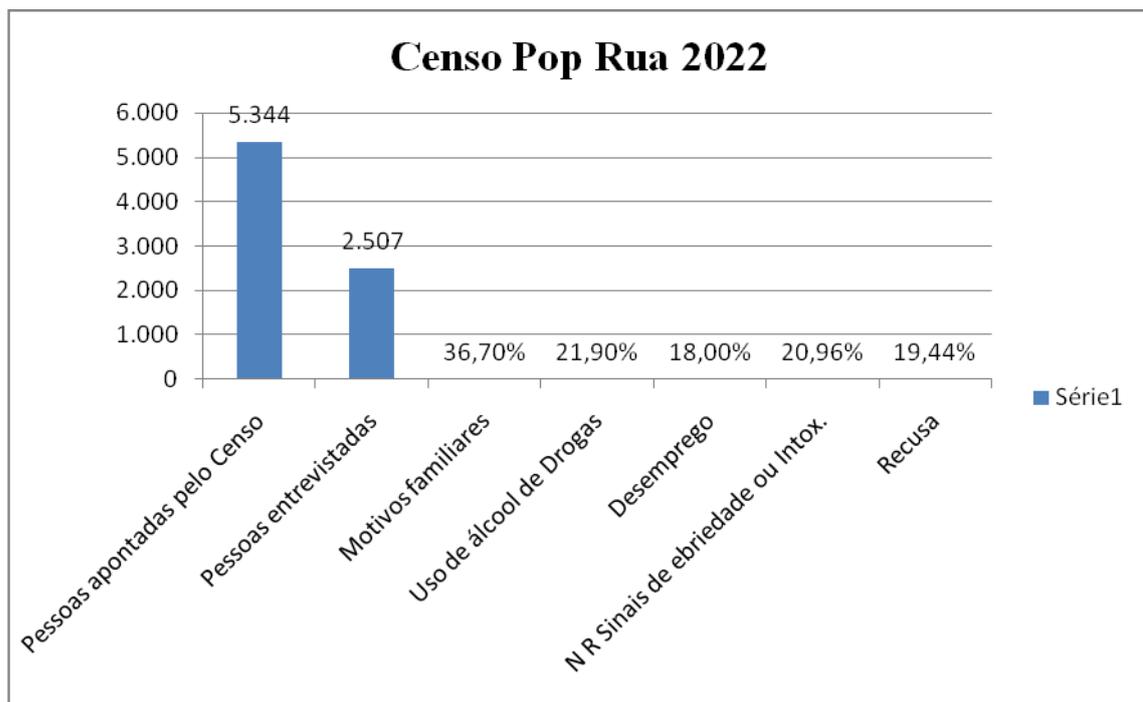
⁵ Região Metropolitana de Minas Gerais. A região inclui 34 municípios no núcleo e 16 no colar metropolitano em uma área de 14 978,6 km².

⁶ Pesquisa censitária e qualitativa complementar, realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com a prefeitura de Belo Horizonte.

condições dignas de alojamento e convívio social, o estado dessas infraestruturas públicas são incompatíveis com os requisitos mínimos de higiene, saúde e segurança, impedindo que essas pessoas acessem essas instalações para realizarem suas necessidades. O acesso a instalações de higiene e saneamento, incluindo banheiros higienizados, é fundamental para a manutenção da saúde física e mental da PSR (Neves-Silva *et al.*, 2018; Felner *et al.*, 2020)

Diante das múltiplas dificuldades em acessar os serviços públicos, observou-se que essas pessoas permanecem ocupando o espaço urbano em condições degradantes, sendo alvo de discriminação e afastando-se progressivamente do ideal de reintegração social e cidadania, assegurado pela Constituição de 1988, por meio das Políticas de Seguridade Social não contributiva e da Política Nacional para a População em Situação de Rua, que preveem o atendimento contínuo e gratuito às suas necessidades básicas. O Gráfico 1 apresenta o perfil dos moradores em situação de rua de Belo Horizonte, entrevistados pelos agentes do Censo Pop Rua, em 2022.

Gráfico 1 – Perfil dos Moradores em Situação de Rua de Belo Horizonte.



Fonte: Censo Pop 2022 (Faculdade de Medicina da UFMG-PBH). Produzido pelo autor.

O nível de sucateamento da infraestrutura pública da capital, destinada ao acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade, revela a incapacidade do município em prover a esse grupo social os serviços de fornecimento de água, saneamento e higiene pessoal com a qualidade necessária. Existem 1.000 vagas distribuídas em 18 unidades institucionais, das

quais 600 estão disponíveis em abrigos de passagem, e 400 em unidades de longa permanência. Esse cenário revela a incapacidade dos equipamentos públicos municipais em atender uma demanda urgente e específica das pessoas em situação de rua que, confrontadas com a indisponibilidade de locais higienizados e devidamente equipados, acabam adotando práticas inadequadas para realizarem suas necessidades pessoais. O quadro 4 apresenta a infraestrutura pública da capital.

Quadro 4: Infraestrutura de abrigos, albergues e banheiros públicos de Belo Horizonte

Quadro 4 - Infraestrutura de banheiros públicos de Belo Horizonte							
Abrigos e albergues em funcionamento	Capacidade total	Casas de passagem	Casas de longa permanência	Total de banheiros	Banheiros - albergues e abrigos	Banheiros disponíveis no hipercentro	
19	1.000	600	400	40	36	4	

Fonte: Censo Pop 2022-PBH

Capacidade da infraestrutura pública local

Os equipamentos públicos disponíveis no município de Belo Horizonte evidenciam um déficit estrutural importante, resultando em condições incompatíveis com a demanda existente. Embora a gestão atual da Prefeitura de Belo Horizonte (2025-2028) tenha criado programa para a instalação de unidades móveis autolimpantes em pontos específicos do hipercentro da capital, o modelo de infraestrutura alternativa não dispõe de equipamentos para banho nem serviços de lavanderia, não sendo, portanto, suficientes para o atendimento pleno das necessidades desse grupo social. Esse cenário reforça a incapacidade do poder público em garantir as condições mínimas de dignidade e acolhimento para esse segmento, evidenciando a necessidade urgente de criação de políticas mais eficientes e investimentos sólidos e contínuos para a melhoria e a ampliação dos serviços e equipamentos das unidades de acolhimento institucional.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

O presente estudo teve como objetivo mapear, tanto no Brasil quanto no exterior, as políticas públicas, iniciativas e modelos de inovação social que vêm sendo adotados para mitigar a insegurança habitacional, hídrica, de saneamento e de outros serviços essenciais enfrentados pelas populações em situação de rua. Diante do crescente problema social, a pesquisa buscou identificar abordagens eficazes e sustentáveis que possam servir de referência para a formulação e aprimoramento de estratégias no contexto brasileiro.

Foram analisadas ações governamentais voltadas para a criação e ampliação de programas de habitação social, centros de acolhimento emergencial, acesso à água potável e saneamento básico, além da criação de políticas de reinserção socioeconômica. A experiência internacional também foi considerada, destacando-se modelos bem-sucedidos em países que adotaram políticas de moradia acessível, urbanismo social e infraestrutura inclusiva.

Paralelamente, o estudo investigou iniciativas do terceiro setor e do setor privado que, por meio de parcerias e inovação social, têm desenvolvido soluções alternativas para atender a essa população. Modelos de gestão habitacional integrados a outros serviços sociais essenciais, instalações sanitárias móveis e programas de capacitação profissional demonstraram ser abordagens para reduzir os impactos da exclusão social. A pesquisa ressaltou a importância da articulação intersetorial entre governos, organizações não governamentais, empresas e sociedade civil para garantir a efetividade e sustentabilidade dessas ações. A inovação social, quando integrada a políticas públicas eficientes e ao engajamento coletivo, pode desempenhar um papel crucial na promoção da dignidade e na melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de rua.

3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem como objetivo investigar a existência de iniciativas fundamentadas nos princípios da inovação social que possam contribuir para a mitigação dos desafios enfrentados pela População em Situação de Rua (PSR) no município de Belo Horizonte, particularmente no que se refere ao acesso à água potável, aos serviços de saneamento básico e à higienização pessoal.

Foram analisados modelos de gestão e iniciativas de impacto, bem como identificadas lacunas relevantes em modelos atuais de gestão para serem consideradas em futuras decisões políticas. Tais elementos podem contribuir para o aprimoramento dos serviços públicos, a promoção da saúde e a recuperação da dignidade das populações em estado de vulnerabilidade.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo estabelece um arcabouço teórico para a articulação de três eixos fundamentais: economia circular, inovação social e acesso à água, ao saneamento e à higiene (WaSH). A seleção das temáticas apresentadas se justifica tanto pela inter-relação que possuem com os desafios enfrentados pelas populações sem-teto, quanto pela necessidade de se explorar novas abordagens que possam facilitar o acesso desse grupo aos serviços essenciais à saúde, à dignidade e à cidadania.

A economia circular surge como uma alternativa ao modelo linear tradicional de produção e consumo, propondo estratégias que maximizam a reutilização de recursos e minimizam desperdícios. No contexto das populações em situação de rua, sua aplicação pode ser um mecanismo eficaz para viabilizar soluções sustentáveis, como a reciclagem de água e a construção de infraestruturas sanitárias de baixo custo e impacto ambiental.

A inovação social, por sua vez, representa um vetor estratégico para a criação de soluções que transcendem os modelos convencionais de assistência social. Baseada na participação comunitária e em modelos colaborativos, a inovação social pode possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas de impacto que garantam o acesso equitativo a serviços básicos de água, saneamento e higiene, promovendo dignidade e inclusão.

Por fim, a abordagem que trata do acesso à água, ao saneamento e à higiene (WaSH) é o elemento central no estudo sobre as condições de vida das populações em vulnerabilidade. A ausência de acesso adequado a esses serviços compromete diretamente a saúde e o bem-estar dos indivíduos em situação de rua, tornando-se um fator agravante da exclusão social. A interseção entre WaSH, economia circular e inovação social permite identificar estratégias sustentáveis que possam ser incorporadas a programas e políticas públicas voltadas a esse segmento da população. Dessa forma, este estudo busca não apenas diagnosticar as condições enfrentadas por essas comunidades, mas também mapear alternativas inovadoras e sustentáveis que possam ser introduzidas como respostas concretas aos desafios estruturais que limitam o acesso da população em situação de rua a recursos essenciais para sua sobrevivência e qualidade de vida.

4.1 Economia Circular

A Economia Circular emerge como uma alternativa ao modelo tradicional de economia linear, buscando reduzir, reutilizar, reciclar e regenerar materiais e produtos, com o objetivo de minimizar desperdícios e promover a sustentabilidade. Segundo Ellen MacArthur (2013), a transição para uma economia circular implica em repensar os processos de produção e consumo, de forma a manter os recursos em uso pelo maior tempo possível, extraindo o máximo de valor antes de sua recuperação e regeneração. Para Bocken *et al.*, (2016), esse modelo não só favorece a sustentabilidade ambiental, mas também gera novas oportunidades de negócios e inovação, ao passo que desafia empresas a reverem suas práticas produtivas e a adotarem soluções que promovam a longevidade dos produtos e a redução do impacto ecológico.

A economia circular é um modelo de desenvolvimento econômico que propõe um ciclo fechado de produção e consumo, onde os resíduos e subprodutos de um processo são reutilizados ou reciclados, em contraste com o modelo tradicional de economia linear, que é baseado em extrair, produzir, consumir e descartar. Para Geissdoerfer *et al.*, (2017), a economia circular visa maximizar o valor dos recursos ao longo do tempo e reduzir ao mínimo os desperdícios, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômico.

Ainda, a economia circular se apresenta como uma resposta inovadora a crises ambientais, econômicas e sociais como a escassez de recursos naturais e a crescente geração de resíduos. Para Murray, Skene e Haynes (2017), essa transição não é apenas uma mudança técnica, mas também uma transformação de comportamento, que pode influenciar positivamente a qualidade de vida e criar novas formas de engajamento comunitário.

A economia circular é um modelo econômico que visa minimizar o desperdício e maximizar o uso de recursos, promovendo a reutilização, reciclagem e regeneração de materiais e produtos. Esse conceito está intrinsecamente ligado aos princípios da inovação social, que buscam soluções criativas e colaborativas para problemas sociais, ambientais e econômicos. Segundo Manzini (2017), a inovação social envolve a recombinação criativa de recursos existentes, com o objetivo de atingir metas socialmente reconhecidas de uma nova maneira. Ao integrar a economia circular com a inovação social, é possível desenvolver alternativas sustentáveis que atendam às necessidades das populações em situação de vulnerabilidade, especialmente quando as políticas públicas tradicionais não conseguem suprir essas demandas. Essa abordagem conjunta permite a criação de soluções que não

apenas reduzem o impacto ambiental, mas também promovem a inclusão social e o desenvolvimento comunitário.

4.2 Inovação Social

A Inovação Social é caracterizada por soluções criativas e eficazes para enfrentar desafios sociais complexos, como a pobreza, a desigualdade e a exclusão. De acordo com Mulgan (2006), a inovação social se distingue pela sua capacidade de gerar mudanças sociais sustentáveis, frequentemente originando-se em contextos comunitários ou coletivos. O conceito propõe abordagens colaborativas que envolvem a participação ativa da sociedade e visam a melhoria do bem-estar social.

Como destacam Phills *et al.* (2008), a inovação social é um processo que envolve a criação de novos modelos de governança, produtos ou serviços, capazes de gerar impacto positivo, muitas vezes surgindo em resposta às lacunas deixadas por modelos tradicionais de políticas públicas ou iniciativas privadas. Essas inovações podem ocorrer em diversas áreas, a exemplo da saúde, da educação e para o acesso a recursos básicos como água e saneamento. Thompson (2002) destaca que a inovação social envolve novas formas de interação e organização que têm potencial para resolver problemas estruturais e promover a inclusão social.

A inovação social refere-se ao desenvolvimento de novas soluções que atendem a necessidades sociais de maneira mais eficaz do que as abordagens existentes, contribuindo para a melhoria do bem-estar coletivo. Essas soluções podem envolver produtos, serviços ou modelos organizacionais que promovem mudanças sociais positivas. Bauwens *et al.*, (2012), exploram a economia compartilhada e a produção colaborativa como formas de inovação social, destacando o potencial de redes *peer-to-peer* (*i.e.* entre pares) para transformar a sociedade. Para o autor, a produção entre pares pode oferecer alternativas ao modelo capitalista tradicional, promovendo uma economia mais sustentável e inclusiva.

Ferreira *et al.*, (2017), investigam a relação entre projetos culturais, participação pública e sustentabilidade, evidenciando como a participação ativa da comunidade pode levar a soluções inovadoras para desafios sociais. Para Ferreira *et al.*, (2017), a cocriação e governança colaborativa na implementação de soluções baseadas na natureza promovem regeneração urbana inclusiva e sustentável. Esses exemplos ilustram como a inovação social, alicerçada em princípios de colaboração e sustentabilidade, pode oferecer respostas eficazes a problemas sociais complexos.

4.3 Água, Saneamento e Higiene (WaSH)

O acesso a banheiros e às condições mínimas de higienização básica é um dos direitos fundamentais geralmente negados aos moradores em situação de rua, sendo um indicador direto de vulnerabilidade social. Segundo Harris *et al.*, (2017), a falta de infraestrutura sanitária adequada não só compromete a dignidade e a saúde dessas pessoas, mas também exacerba as condições de exclusão social, causando a discriminação do indivíduo em situação de rua. A ausência de espaços públicos adequados para higiene é um reflexo das políticas públicas insuficientes, que muitas vezes não conseguem atender às necessidades específicas dessa população. Toro e Warren (2007) ressaltam que o acesso a banheiros e instalações de higiene é essencial para a preservação da saúde, o combate à proliferação de doenças e a reintegração social dos moradores de rua, sendo uma questão de justiça social que exige atenção e ação sistemática dos governos e da sociedade. Além dos fatores analisados, a higienização pessoal pode ser considerada um ato de cidadania, já que ela reflete o direito de cada indivíduo de viver com dignidade e de ser respeitado como membro da sociedade.

O acesso à água e ao saneamento é universalmente reconhecido como um direito humano fundamental. O Comentário Geral nº 15 das Nações Unidas (ONU) sobre o direito à água, emitido pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, afirma que todo indivíduo tem o direito de dispor de água em quantidade suficiente, segura, fisicamente acessível e economicamente viável para uso pessoal, livre de qualquer forma de discriminação. Ademais, em 2010, a Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução 64/292, reconheceu formalmente o direito humano à água e ao saneamento. Embora o reconhecimento da água e do saneamento como um direito humano represente um marco significativo, o mais recente relatório global sobre recursos hídricos revela que aproximadamente 2 bilhões de pessoas em todo o mundo ainda não têm acesso à água potável de qualidade, enquanto 3,6 bilhões permanecem com serviços inadequados de saneamento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) também reforça a importância da higiene pessoal e acesso à água de qualidade ao afirmar que práticas adequadas de higiene não só reduzem a carga de doenças infecciosas, mas também promovem um sentido de dignidade e pertencimento social. O acesso à água é um direito humano fundamental e essencial para a sobrevivência, saúde e dignidade humana. Segundo o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (2019), o acesso universal à água potável e a

gestão sustentável dos recursos hídricos são prioridades globais e constam do Objetivo do Desenvolvimento sustentável (ODS) uma vez que impacta diretamente a qualidade de vida das populações. O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é uma iniciativa global promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com o intuito de promover o desenvolvimento de maneira inclusiva, equilibrada e sustentável até 2030. São 17 objetivos, que abordam as principais questões que o mundo enfrenta, como pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero, água limpa, saneamento, trabalho decente, paz e justiça, entre outros. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 da Organização das Nações Unidas (ONU) tem como meta assegurar a disponibilidade de gestão sustentável da água e saneamento para todos e todas até 2030. No âmbito do ODS 6, o saneamento seguro é definido como o uso de instalações eficazes que não são compartilhadas com outros domicílios e onde os excrementos são descartados de forma segura no local ou transportados e tratados em locais apropriados, como estações de tratamento de esgoto. No que se refere aos níveis dos serviços de fornecimento de água, o Programa de Monitoramento Conjunto (JMP) da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estabelece o monitoramento das fontes de água potável e estruturas de saneamento e higiene por meio de estimativas baseadas em uma classificação que se resume em tipos aperfeiçoados e não aperfeiçoados.

Nos relatórios referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o JMP adota uma abordagem baseada na análise dos níveis de serviço para categorizar as infraestruturas aprimoradas em três classificações: serviços limitados, básicos e gerenciados com segurança, conforme representado na Figura 1. As estimativas do JMP relativas à proporção da população que tem acesso a serviços de abastecimento de água potável e saneamento, classificados como "gerenciados com segurança", bem como àqueles que utilizam serviços de higiene considerados "básicos", são fundamentais para o monitoramento global do avanço em direção às metas 6.1 e 6.2 dos ODS⁷. Adicionalmente, as projeções do JMP sobre a parcela populacional que usufrui de serviços essenciais de água, saneamento e higiene (WaSH) na categoria "básico" também desempenham um papel crucial na avaliação

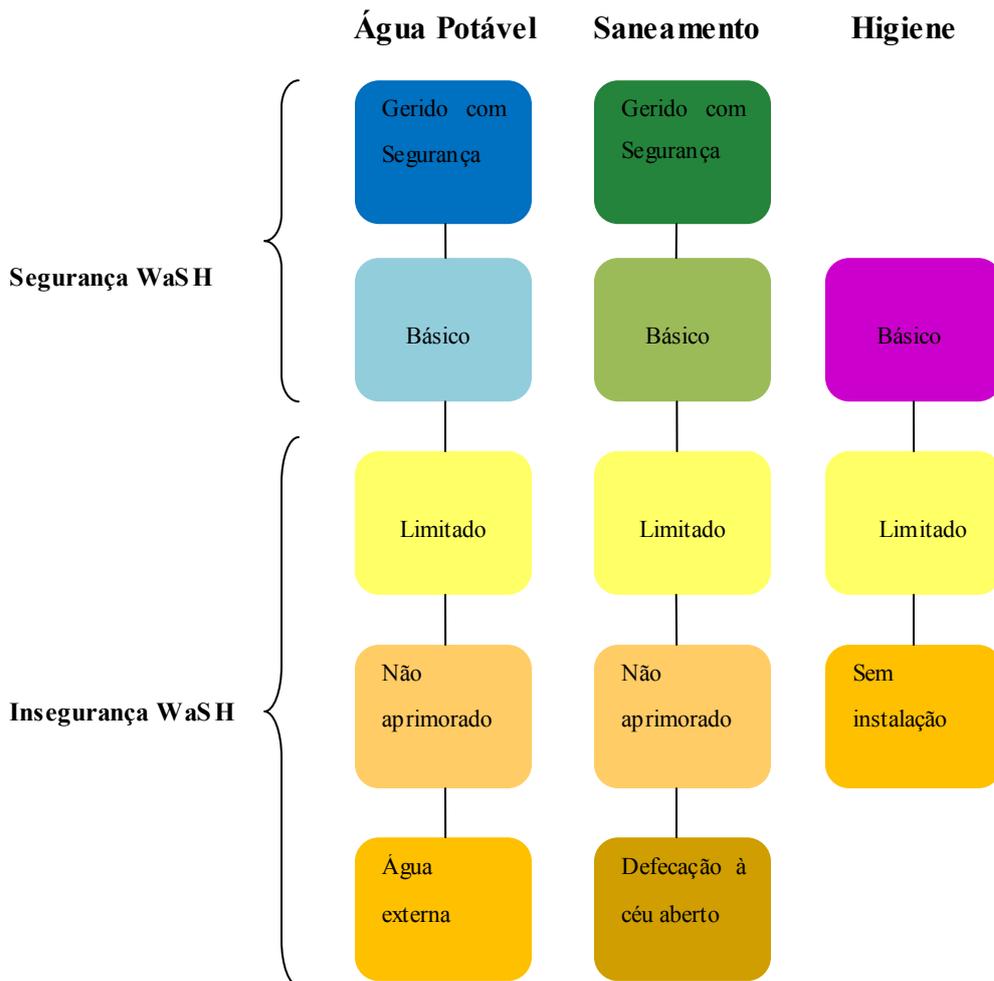
⁷ ODS 6 - Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6 – Assegurar a disponibilidade de gestão sustentável da água e saneamento para todos e todas.

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo de água potável e segura para todos e todas.

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e todas, e acabar com a defecação a céu aberto, com atenção especial para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

do progresso global relacionado à meta 1.4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁸. A figura 1 apresenta as categorias do Programa de Monitoramento Conjunto (JMP-OMS-UNICEF) para o fornecimento de água potável, saneamento e higiene.

Figura 1. Categorização de (in) segurança de água potável, saneamento e higiene. As escalas foram adaptadas do Programa de Monitoramento Conjunto (JMP; UNICEF, 2022).



Fonte: Adaptado de <https://washdata.org/monitoring> e Avelar Portillo *et al.* (2023)

⁸ ODS 1 - Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo micro finanças.

De acordo com o Programa de Monitoramento Conjunto (JMP-OMS-UNICEF), o acesso à água potável é classificado em uma escala de cinco níveis, sendo o acesso à água potável gerida de forma segura o nível mais elevado, levando em consideração a acessibilidade do serviço nas instalações, sua disponibilidade contínua e a ausência de contaminantes. O acesso básico à água potável refere-se ao uso de fontes de água aprimoradas, localizadas a uma distância de até 30 minutos de viagem de ida e volta. As fontes de água potável aprimoradas são aquelas que fornecem água acessível, contínua e segura, incluindo sistemas de abastecimento por encanamento, poços artesianos, fontes e nascentes protegidas, água engarrafada e água da chuva. O acesso limitado corresponde à água potável proveniente de uma fonte adaptada, mas que exige mais de 30 minutos de viagem de ida e volta para ser coletada. O acesso não aprimorado à água é aquele obtido de um poço ou nascente não protegido. No nível mais baixo da escala de serviços encontra-se o acesso à água superficial, que se refere à água potável coletada diretamente de um córrego, rio, canal, lago, lagoa ou represa.

Saneamento é definido como a capacidade de garantir o acesso a instalações que não são compartilhadas com outros domicílios, utilizando fontes de saneamento aprimoradas e projetadas para separar higienicamente os excrementos do contato humano. Isso significa que os dejetos humanos são tratados e descartados no local, armazenados temporariamente e depois tratados fora do local, ou transportados por meio de um sistema de esgoto juntamente com águas residuais e, posteriormente, tratados em local apropriado. O acesso ao saneamento é também avaliado com base em uma escala de cinco níveis, sendo o mais alto o saneamento gerido de forma segura, que se refere ao uso de instalações de saneamento aprimoradas, não compartilhadas com outros domicílios, nas quais os excrementos são descartados de maneira segura no próprio local, ou removidos e tratados fora dele. Ainda, instalações aprimoradas que não são compartilhadas com outros domicílios, mas nas quais os excrementos não são geridos de forma segura, são classificadas como acesso básico ao saneamento. No nível intermediário da escala, encontra-se o acesso limitado ao saneamento, que corresponde ao uso de instalações aprimoradas compartilhadas entre diferentes domicílios. O saneamento não aprimorado refere-se ao uso de latrinas de fossa sem laje, latrinas suspensas ou baldes. Por fim, na base da escala, encontra-se a defecação a céu aberto, que consiste na disposição de fezes humanas em campos abertos, corpos d'água, matas ou outros espaços abertos, ou ainda junto com resíduos sólidos.

Higiene é definida pelo Programa de Monitoramento Conjunto (JMP-OMS-UNICEF) como a capacidade de praticar a lavagem das mãos e de gerenciar a menstruação de forma

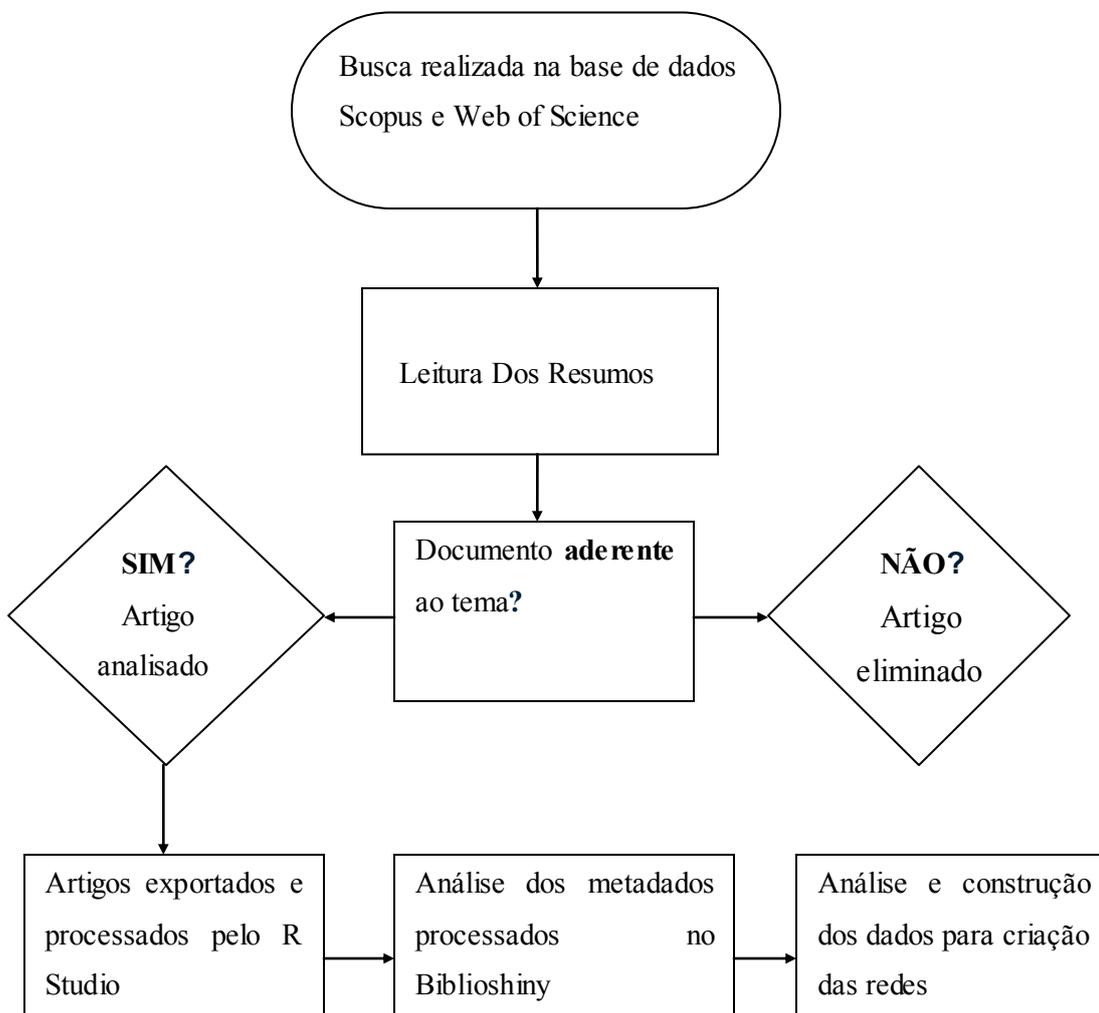
segura. De acordo com o JMP, higiene refere-se às condições e práticas que contribuem para a manutenção da saúde e a prevenção da disseminação de doenças, incluindo a lavagem das mãos, a disponibilidade de sabão ou água no domicílio, além da higiene alimentar e da gestão da higiene menstrual. Essa definição baseia-se em uma escala de três níveis: o nível mais elevado, caracterizado pela disponibilidade básica de sabão e água no domicílio; o segundo nível, refere-se ao acesso limitado; e o nível mais baixo, definido pela ausência total de instalações ou recursos para a prática adequada da higiene.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos apresentados neste capítulo subsidiaram o estudo bibliométrico para a revisão da literatura. Ainda que este estudo não possa ser definido como esgotante, ele propõe uma análise ampla e significativa sobre o papel da inovação social como iniciativa de impacto para auxiliar políticas públicas sociais diante do problema crônico de acesso à água potável, saneamento básico e higiene, enfrentado pelas populações em situação de rua. O método utilizado foi a pesquisa exploratória de abordagem quantitativa, utilizando-se para a revisão da literatura a análise e filtro dos dados coletados.

O estudo bibliométrico pode ser compreendido como um conjunto de procedimentos com o objetivo de quantificar o processo da comunicação escrita (Ikpaahindi,1985). Considerou-se para a bibliometria o software Rstudio, buscando-se selecionar os manuscritos mais relevantes para a identificação de padrões de pesquisa bem como possíveis limitações no campo de estudo. A Figura 1 apresenta o fluxograma da pesquisa bibliométrica.

Fig. 1 - Fluxograma da bibliometria



Os resultados iniciais foram obtidos na coleção principal da base de dados *Web of Science* (WOS) e *Scopus* (Elsevier). Essas bases fornecem um conjunto de metadados essenciais para análises sistemáticas, incluindo áreas de estudos, número de citações, lista de autores, instituições, determinação do período de análise, e outras informações relevantes para o trabalho. Os termos usados para a busca dos documentos foram: “social innovation” AND “homeless*”, “sanitation” AND “water insecurity” e “water, sanitation and hygiene (WaSH) AND “Water and Hygiene Access”. Os artigos foram analisados com o auxílio do pacote bibliométrico Bibliometrix® e o uso da ferramenta “R”, visando a identificação das principais características sobre o campo de estudo. Nessa fase, foram selecionados e filtrados o conjunto de dados bibliométricos para exportação. O período de busca das publicações foi delimitado entre os anos de 2016 e 2025. Na busca, foram identificados 11 (onze) artigos indicando alguma relação com a área de interesse. Com o propósito de refinar a pesquisa, foram adotados os seguintes critérios: (i) tipo de documentos, sendo considerados apenas os artigos, (ii) idioma do artigo, sendo considerados apenas os artigos na língua inglesa e portuguesa, e (iii) área dos estudos, sendo considerados apenas os estudos dentro da temática de ciências sociais, saúde pública e políticas públicas para a população em situação de rua (PSDR), bem como temas relacionados a iniciativas e projetos de inovação social voltados para o segmento. Num segundo momento, foram analisados os títulos e resumos dos artigos para avaliação de enquadramento quanto às suas relações semânticas com a temática pesquisada, buscando-se compatibilidade de conteúdo e palavras-chaves. Nesta fase, foram eliminados 4 (quatro) artigos, por não apresentarem correlação com o tema investigado. Ao todo, o estudo registrou 07 (sete) publicações, com 31 (trinta e uma) citações.

O quadro 1 apresenta o número de documentos selecionados em cada etapa de pesquisa, sendo que a unificação das bases *Web Of Science* (WoB) e *Scopus*, totaliza 7 documentos. Os filtros 1 e 2 foram aplicados à base de dados unificada: o filtro 1, por meio da leitura individual, eliminou 2 títulos sem relação com o objetivo do estudo; o filtro 2, cuidou da análise dos resumos de cada um dos artigos, eliminando 2 arquivos e, por consequência, restando 3 documentos ao final da seleção.

5.1 Estudos complementares à metodologia

Paralelamente ao estudo bibliométrico, foi conduzida pesquisa complementar para obtenção de documentos adicionais pertinentes à temática em análise. A abordagem visou ampliar a compreensão do campo investigado, bem como subsidiar a construção de uma base teórica mais abrangente e aprofundada. A metodologia empregada para a realização dessa busca subjetiva fundamentou-se na análise criteriosa dos manuscritos identificados, os quais foram selecionados com base na relevância para o escopo da investigação. O processo de seleção e exame dos documentos seguiu diretrizes metodológicas rigorosas, garantindo a inclusão de produções científicas que abordassem a temática relacionada à inovação social como instrumento facilitador das dificuldades enfrentadas pelas populações vulneráveis (PSR) de maneira substancial e que apresentassem a necessária solidez teórica e metodológica.

Os estudos selecionados contemplam abordagens metodológicas mistas, combinando técnicas qualitativas e quantitativas, o que proporcionou uma visão holística e multifacetada do objeto de pesquisa. No total, foram identificados três manuscritos que se destacaram pelo seu potencial contributivo: dois estudos produzidos na Europa e Estados Unidos; e um documento produzido no Brasil, possibilitando a síntese de diferentes perspectivas geográficas e epistemológicas sobre a temática. Destaca-se que a seleção dos materiais foi realizada por meio das mesmas bases de dados e utilizando as palavras-chave previamente adotadas na etapa bibliométrica. A busca diferenciou-se pela modificação na aplicação dos operadores booleanos, permitindo maior flexibilidade na recuperação dos registros e assegurando a inclusão de publicações relevantes que, porventura, não tivessem sido captadas na análise inicial. Dessa forma, a análise, conduzida complementarmente à bibliometria, revelou-se essencial para o aprofundamento do estudo, viabilizando uma compreensão mais abrangente e integradora do campo de pesquisa, ao contemplar distintas abordagens metodológicas e perspectivas analíticas sobre o conjunto dos temas que deram fundamentação teórica para o estudo. No quadro 1 são apresentadas as informações da pesquisa bibliométrica.

Quadro 1 – Principais informações dos documentos da bibliometria

Bases Científicas	Item	Informação
WEB OF SCIENCE	("social innovation") and ("homeless*") and	2 documentos

	("sanitation")	
SCOPUS	("water insecurity") and ("water, sanitation and hygiene") and ("wash access")	5 documentos
Duplicidades eliminadas		S/ duplicidades
Subtotal (base unificada)		7 documentos
Filtro (1) – Análise de títulos		2 documentos
Filtro (2) – Análise de resumos		2 documentos
Total		3 documentos

Fonte: Resultado da pesquisa Scopus e WoS (2025)

As principais informações sobre o acervo analisado foram resumidas no quadro 2. O período das publicações selecionadas foi de 2016 a 2025. Sete documentos foram identificados em sete fontes distintas. Foram contabilizados vinte e dois autores, trinta e seis palavras-chaves, e sessenta e duas palavras-chaves *plus*. A média de citações e de coautores por documento foi de 4.429 e 3.57, respectivamente.

Quadro 2 – Principais informações dos documentos

Item	Informação
Período pesquisado	2016 a 2025
Documentos	7
Idade média dos documentos	2,71
Autores	22

Palavras-chaves autores (DE)	36
Palavras-chaves <i>plus</i> (ID)	62
Referências	31
Média de citações por documento	4.429

Fonte: Resultado da pesquisa Scopus e WoS (2025)

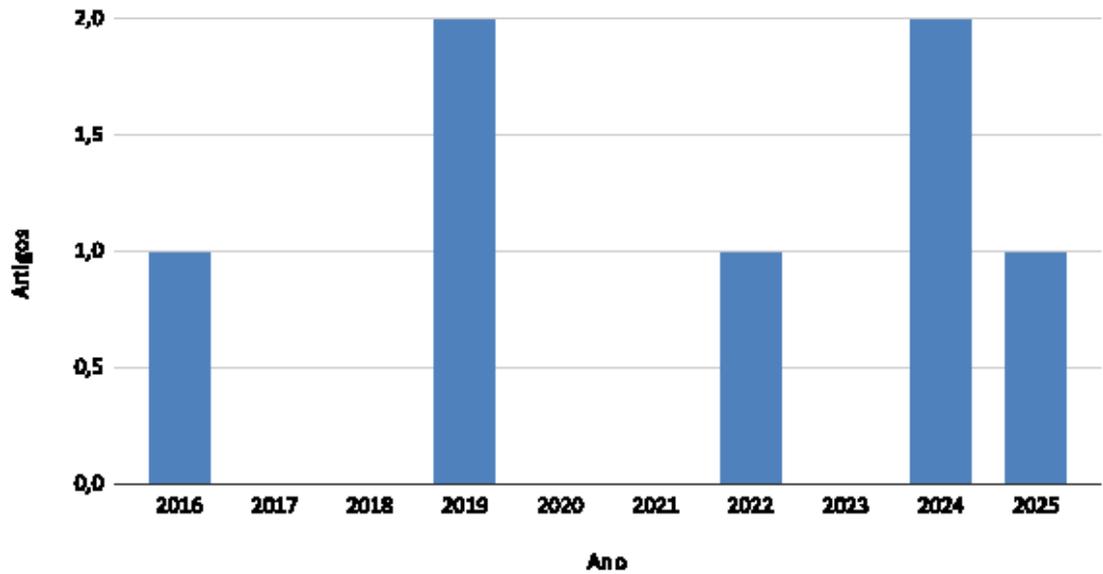
A idade média dos documentos selecionados é de 2,71 anos, indicando que os estudos na área ainda se mostram incipientes. O número de referências observado (31 citações), e a média de citações (4,43 por documento), indica uma tendência de evolução no campo de estudo, com interesse maior por parte de alguns autores.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das produções científicas encontradas entre 2016 e 2025 revelou uma evolução inconstante de publicações, conforme apresentado no gráfico 1. Os estudos que abordam projetos de inovação social, desenvolvidos como instrumentos para a mitigação de problemas relacionados à insegurança habitacional, hídrica, de saneamento básico e de higiene para populações em situação de rua, ainda são relativamente recentes, sendo a primeira publicação datada de 2015. Esse panorama evidencia uma lacuna teórica importante no campo de estudo e a necessidade premente de aprofundamento na investigação científica sobre a extensão dos benefícios da inovação social e da economia circular como elementos contributivos no processo de melhoria das condições de vida das populações vulneráveis. Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que, além da deficiência teórica observada no âmbito da temática estudada, a pesquisa encontrou importantes limitações que devem ser consideradas em estudos futuros, a exemplo de amostras estatísticas adequadas para estimar melhor a magnitude das associações implícitas.

Observa-se que as políticas públicas existentes se mostram insuficientes para solucionar a crescente problemática da falta de acesso a serviços básicos por parte desse grupo, em especial nas metrópoles do sudeste e nordeste do Brasil onde é maior a concentração de pessoas desabrigadas. Esse agravamento está intrinsecamente ligado a diversos fatores, incluindo a ausência de abordagens multidimensionais, a interrupção e ineficácia de políticas estruturantes e a persistência de desafios econômicos estruturais. Nesse contexto, torna-se imprescindível uma busca ampla por alternativas socialmente sustentáveis que possam desempenhar um papel fundamental na construção de soluções eficazes para superar as barreiras que as populações em situação de rua enfrentam rotineiramente para acessar os recursos básicos de sobrevivência. Exemplos de projetos inovadores, como os modelos adotados no Brasil e no exterior, que integram economia circular e inovação social na gestão pública indicam que estratégias baseadas na cooperação comunitária, no uso de tecnologias acessíveis e em modelos de gestão participativa têm potencial para mitigar o problema. O Gráfico 1 apresenta as publicações entre 2016 e 2025, sinalizando um crescimento irregular das pesquisas sobre o tema estudado.

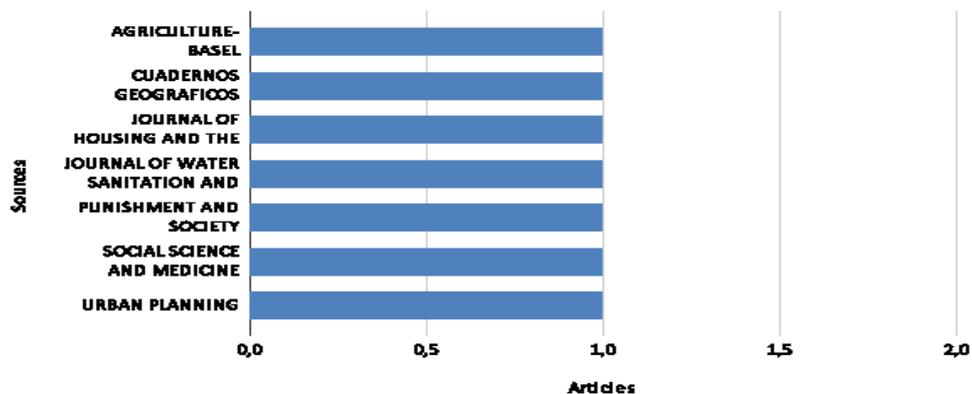
Gráfico 1 – Evolução da produção científica (2016 e 2024)

Artigos versus Ano

Fonte: Web of Science (2023) e Scopus (2023)

Foram avaliados os principais meios de produção científica no campo das ciências sociais e da saúde pública. Não houve destaque para nenhum periódico ao longo da pesquisa. Cada fonte forneceu em média 1 documento, conforme descrito no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Principais periódicos

Articles versus Sources

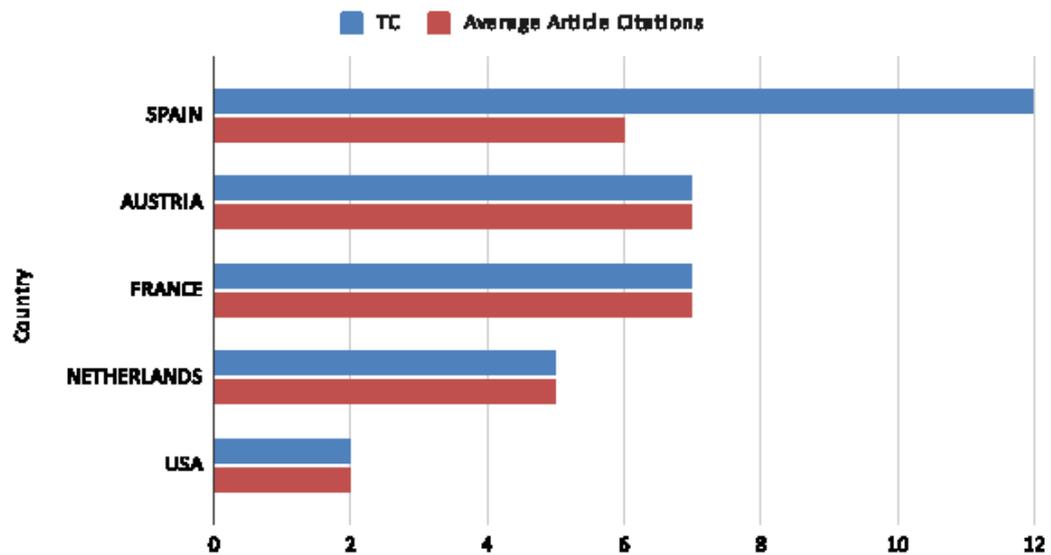
Fonte: Web of Science (2023) e Scopus (2023)

O gráfico 3 apresenta os cinco países com maior produção científica na área estudada. Destacam-se a Espanha e os Estados Unidos, com duas produções cada país, seguido por Áustria e Holanda. No período analisado, foram identificados os países mais citados

globalmente: a Espanha aparece com 12 citações; Áustria e a França, com 7 citações cada país, seguido por Holanda e Estados Unidos, com 5 e 2 citações, respectivamente.

Gráfico 3 – Produção Científica por País.

TC e Average Article Citations



Fonte: Web of Science e Scopus (2025)

O quadro 1 detalha as palavras-chaves de maior relevância: “Homelessness”, “Social Innovation”, “Hygiene”, “ Sanitation” e “Human Rights”, foram os termos que mais apareceram nas palavras-chaves e palavras-chaves *plus*.

Quadro 1– Palavras-chaves do autor e palavras-chaves *plus*

Most Relevant keywords

	Author keywords (DE)	Articles	Keywords-Plus (ID)	Articles
1	HOMELESSNESS	3	HYGIENE	6
2	SOCIAL INNOVATION	3	SANITATION	6
3	AGRICULTURAL POLICY	1	HOMELESSNESS	4
4	CRIMINALIZATION OF POVERTY	1	HUMAN RIGHTS	4
5	EGOCENTRIC NETWORKS	1	GERMANY	3
6	GASTROINTESTINAL DISEASES	1	DEFECATION	2
7	GOVERNANCE	1	DRINKING WATER	2
8	GRASSROOTS INNOVATION	1	FEMALE	2
9	HIGH-INCOME COUNTRIES	1	SAN DIEGO	2
10	HOMELESS SERVICES	1	WATER SUPPLY	2

Fonte: Web of Science e Scopus (2025), Bibliometrix®

O quadro 2 apresenta os documentos mais citados globalmente. Os artigos de Vercher N. (2022), Weinzierl C. (2016) e Anthonj, C. (2024), destacam-se entre os documentos que mais contribuíram para o estudo.

Quadro 2 – Principais documentos citados globalmente

Top manuscripts per citations

	Paper	DOI	TC	TCperYear	NTC
1	VERCHER N, 2022, AGRICULTURE-BASEL	10.3390/agriculture12060748	8	2.000	1.000
2	WEINZIERL C, 2016, J HOUS BUILT ENVIRON	10.1007/s10901-015-9467-0	7	0.700	1.000
3	HAMDOUCH A, 2019, URBAN PLAN	10.17645/up.v4i1.1740	7	1.000	1.273
4	ANTHONJ C, 2024, SOC SCI MED	10.1016/j.socscimed.2024.116561	5	2.500	2.000
5	LIZÁN C, 2019, CUAD GEOGR	10.30827/cuadgeo.v58i3.8647	4	0.571	0.727
6	WELSH C M, 2025, PUNISHMENT SOC	10.1177/14624745241246650	0	0.000	NaN
7	CALZO J, 2024, J WATER SANIT HYG DEVELOP	10.2166/washdev.2024.160	0	0.000	0.000

Fonte: Web of Science e Scopus (2025), Bibliometrix®

Adicionalmente à bibliometria realizada, foram considerados documentos complementares para uma análise mais ampla do tema. Esses manuscritos revelaram estudos relacionados à insegurança habitacional, hídrica, de saneamento e de higienização, enfrentados por populações vulneráveis em regiões diversas. Após uma análise dos títulos e resumos de cada manuscrito, foram selecionados apenas os manuscritos que apresentaram relação semântica alinhada com o campo de estudo e, portanto, considerados de grande utilidade para uma avaliação mais aprofundada da temática.

O Quadro 3 destaca os principais artigos estudados e seus respectivos títulos grafados no idioma de publicação, bem como a tradução da síntese de cada conceito para o português. Destaca-se que os dados identificados contribuem para uma melhor compreensão dos documentos analisados, mas não esgotam os estudos sobre temática.

Quadro 3 – Autores x conceitos

Autor	Artigo	Conceito
Calzo J.P. (2024)	Restroom Access and Health Among People Experiencing Homelessness (PEH): A Focus on San Diego, CA.	Considerações urgentes por justiça sanitária, racial, de gênero, social e ambiental. Insegurança WaSH associada a problemas de saúde.
Anthonj, C. <i>et al.</i> (2024)	Co-defining WaSH (In) Security Challenges Among PEH: A Qualitative Study on the Human Right to Water and Sanitation from Bonn, Germany	O acesso universal à água potável segura e acessível, saneamento e higiene (WASH) As dimensões do Direito Humano à Água Potável e ao Saneamento (HRTWS).
Avelar Portillo, L.J. <i>et al.</i> (2023)	Water, Sanitation, and Hygiene (WaSH) Insecurity in Unhoused Communities of Los Angeles, California, USA	Acesso à água e ao saneamento: um direito humano essencial. Chuveiro e lavanderia entre os serviços mais limitados (limitador social).
Carla Weinzierl <i>et al.</i> (2015)	A Socially Innovative Initiative to Foster Social Cohesion. Vienna, Austria.	A inovação social para aprimorar modelos de gestão pública ref. a programas habitacionais, etc. e.g. Reintegração imediata, flexível e assistida.
D. Capone (2020)	Water and Sanitation in Urban America, 2017–2019. To estimate the population lacking at least basic water and sanitation access in the urban United States.	Moradias acessíveis como estratégia dinâmica para o enfrentamento da crise vivida pelas PSDR e seus efeitos no âmbito da saúde pública. Acesso limitado a infras. WaSH X Surto Hepatite A 2017-18
Neves-Silva <i>et al.</i> (2018)	Acesso à água e ao esgotamento sanitário e população em situação de rua: avaliação das condições e da percepção da PSDR sobre o acesso à água e	Populações vulneráveis têm seus direitos violados, repercutindo em sua saúde e qualidade de vida, e agravando

	ao saneamento básico e seus direitos nessa área. Belo Horizonte, Brasil.	a exclusão social.
--	--	--------------------

Fonte: Elaborado pelo autor com base na literatura analisada

6.1 Artigos analisados

O estudo inclui seis artigos da área das ciências sociais e saúde pública, obtidos nos principais meios de produção científica, no Brasil e no exterior. Os manuscritos selecionados para a revisão bibliométrica possuem métodos mistos e foram produzidos entre 2015 e 2024. Uma das justificativas para o baixo número de estudos utilizados nesse estudo pode estar relacionada com a dificuldade em se obter dados longitudinais e a especificidade dos temas estudados.

6.1.1 Co-defining WaSH (In) Security Challenges Among PEH: A Qualitative Study on the Human Right to Water and Sanitation from Bonn, Germany

O estudo, de abordagem predominantemente qualitativa, conduzido por Anthonj C. *et al.* (2024), examina as dimensões dos direitos humanos (HRTWS) com relação à (in)disponibilidade de serviços de água e saneamento para populações de rua, bem como suas violações e impactos. Segundo os autores, a negação desses direitos a essas populações em estado de vulnerabilidade (PSR) dificulta ainda mais sua transição para condições de vida dignas e sustentáveis. Os autores investigam os entraves enfrentados por esse segmento, frequentemente marginalizados em levantamentos censitários e na formulação de políticas públicas ao mesmo tempo em que sugerem que sejam analisadas possíveis falhas observadas nas estruturas públicas.

6.1.2 Water, Sanitation, and Hygiene (WaSH) Insecurity in Unhoused Communities of Los Angeles, California, USA

Avelar Portillo, L.J. *et al.* (2023) conduzem um estudo transversal utilizando a técnica de amostragem em bola de neve e pesquisas estruturadas. O estudo empregou modelos multivariados para descrever as estratégias adotadas pelas comunidades em situação de rua para lidar com as dificuldades diárias de acesso aos serviços de água, saneamento e higiene (WaSH), e os fatores individuais que influenciam a capacidade dessas pessoas de acessar tais serviços. A investigação ressalta que, embora esses fenômenos sejam mais visíveis em economias de baixa renda, constatou-se a existência do problema também em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde é perceptível entre os grupos mais vulneráveis (PSR) dos grandes centros urbanos.

6.1.3 A Socially Innovative Initiative to Foster Social Cohesion. Vienna, Austria

O estudo produzido por Carla Weinzierl *et al.* (2015) investiga o projeto intitulado *Housing First* e seus impactos transformadores. O modelo, aplicado na cidade de Viena, Áustria, é uma inovação em gestão de programas habitacionais para populações vulneráveis. O modelo piloto é uma alternativa às intervenções convencionais adotadas até então pelas administrações anteriores na avaliação de pré-requisitos de elegibilidade das pessoas em situação de rua (PSR) para acesso a programas sociais de moradia. Enquanto os modelos introduzidos anteriormente eram restritos a indivíduos com diagnósticos duplos, o modelo *Housing First* oferece às pessoas em estado de vulnerabilidade uma integração imediata, autônoma e assistida.

6.1.4 Restroom Access and Health Among People Experiencing Homelessness (PEH): A Focus on San Diego, CA

O artigo de Calzo J.P. (2024) publicado no *Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development*, adota a abordagem quantitativa, entrevistas estruturadas e faz considerações urgentes por justiça sanitária, racial, de gênero, social e ambiental. O estudo ressalta que a insegurança desses serviços essenciais está intrinsecamente associada aos problemas de saúde relatados por moradores de rua daquela localidade. O autor invoca declarações internacionais

(Human Rights Watch, 2017; Organizações das Nações Unidas, 2024) e pondera que o acesso a banheiros limpos, confiáveis e seguros é um componente essencial dos serviços de água, saneamento e higiene (WaSH), uma vez que essas instalações promovem a higiene pessoal, previnem a disseminação de doenças infecciosas e garantem a dignidade humana e inclusão social.

6.1.5 Water and Sanitation in Urban America, 2017–2019. To estimate the population lacking at least basic water and sanitation access in the urban United States

O estudo de D. Capone (2020) de metodologias mistas foca na importância da disponibilidade de moradias acessíveis como uma das estratégias para o enfrentamento da crise vivida pelas PSR e seus efeitos no âmbito da saúde pública. O presente trabalho trata das dificuldades enfrentadas por esse segmento populacional no que diz respeito ao acesso limitado às infraestruturas públicas, retomando o caso de surto de Hepatite A, ocorrido nos Estados Unidos entre 2017 e 2018. Nesse contexto, o autor estabelece uma relação entre essas deficiências estruturais, a epidemia e as práticas de micção e defecação a céu aberto, adotadas de forma involuntária por esse grupo social. Para estimar a população sem acesso aos serviços básicos de água e saneamento em áreas urbanas dos Estados Unidos, foram comparadas estimativas nacionais de acesso à água e ao saneamento do Programa Conjunto de Monitoramento da Organização Mundial da Saúde/Fundo das Nações Unidas para a Infância (OMS/UNICEF) com as estimativas do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA sobre a população em situação de rua, além de dados da Pesquisa Comunitária Americana sobre infraestrutura de água e saneamento domiciliar. Os resultados demonstraram que para a elaboração de uma estimativa mais ampla e confiável de acesso a esses serviços, o governo dos Estados Unidos deve incluir pessoas em situação de rua (PSR) e outros grupos de baixa renda, e que também são necessárias políticas específicas para reduzir as disparidades no acesso a esses recursos. Ainda, o estudo recomenda que sejam conduzidas estimativas similares também em outros países de alta renda que sustentam *status* quase universal de acesso ao saneamento.

6.1.6 Acesso à água e ao esgotamento sanitário e população em situação de rua: avaliação das condições e da percepção da PSR sobre o acesso à água, ao saneamento básico e seus direitos nessa área. Belo Horizonte, Brasil

A pesquisa qualitativa de Neves-Silva *et al.* (Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz) avalia as condições de sobrevivência das populações vulneráveis (PSR) e sua percepção sobre a violação dos seus direitos de acesso aos serviços de água potável, saneamento e higiene pessoal, sobre as doenças a que estão expostas nas ruas e sua condição de exclusão social. A autora salienta que os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento (DHAS) estabelecem que todas as pessoas têm o direito fundamental de acesso seguro e não discriminatório a serviços adequados de abastecimento de água e saneamento. Contudo, grupos socialmente vulneráveis frequentemente enfrentam a violação desses direitos, resultando em impactos negativos para sua saúde, qualidade de vida e aprofundamento da exclusão social, como ocorre com a população em situação de rua no contexto de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

7 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada no campo das ciências sociais abordou importantes estudos e iniciativas voltadas para as populações em situação de rua, no Brasil e no exterior, e localiza os direitos humanos no centro das discussões (Neves-Silva *et al.* 2018; Anthonj C. *et al.*, 2024). Embora problemas sociais crônicos sejam mais evidentes em economias emergentes, falhas em políticas estruturantes, especialmente nas áreas da saúde e da assistência social, também são amplamente observadas em países desenvolvidos. Tais deficiências resultam em barreiras significativas para o acesso de grupos vulneráveis aos serviços públicos, como evidenciados em contextos de países de alta renda, a exemplo dos Estados Unidos (Avelar Portillo *et al.*, 2023). De acordo com Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), a escassez desses recursos representa um desafio global significativo, colocando em risco a vida de bilhões de pessoas e comprometendo a saúde pública.

A pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade urgente de investimentos nessas áreas, uma vez que a higiene adequada é essencial para prevenir doenças. A erradicação da pobreza e a promoção da saúde e do bem-estar também estão diretamente relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, sendo algumas das metas cruciais do tratado internacional, visto que milhões de indivíduos ainda vivem em condições de extrema precariedade, sem acesso à moradia e serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Nesse contexto, a promoção da saúde e do bem-estar surge como um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável, exigindo maiores esforços humanos e financeiros para a ampliação do acesso a esses serviços públicos, essenciais à vida humana e ao bem-estar social. Diante dessa realidade, abordagens baseadas nos princípios de inovação social e economia circular emergem como alternativas promissoras para minimizar tais dificuldades e promover a inclusão social das pessoas que compõem esse segmento da população. Em virtude da complexidade do fenômeno, que envolve múltiplos fatores socioeconômicos e estruturais, torna-se essencial compreender as estratégias adotadas em diferentes contextos para subsidiar a formulação de soluções eficazes e adaptáveis à realidade local.

A insegurança habitacional e a carência de acesso a serviços básicos representam desafios significativos para a garantia da dignidade humana e da inclusão social. No Brasil, as respostas governamentais e não governamentais para essa questão ainda apresentam falhas, seja pela fragmentação das políticas públicas, seja pela falta de um modelo de gestão integrada que contemple as especificidades da PSR. Nesse sentido, a identificação de boas

práticas e modelos inovadores pode contribuir para o aprimoramento das estratégias existentes e para o desenvolvimento de novas abordagens mais eficazes. Além disso, a inovação social surge como um eixo central desse estudo, pois permite a criação e execução de soluções que vão além das abordagens tradicionais, incorporando metodologias participativas, tecnologias acessíveis e parcerias intersetoriais. A análise de experiências internacionais e nacionais bem-sucedidas pode oferecer alternativas sobre mecanismos de financiamento, estratégias de governança e modelos de atendimento que promovam a autonomia e a reinserção social dessa população.

Ao focar na realidade de Belo Horizonte, este estudo busca fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas municipais, fomentando iniciativas que garantam, de maneira simultânea, a ampliação do acesso à moradia digna, à água potável, ao saneamento básico e a outros serviços essenciais. Espera-se que os resultados obtidos possam contribuir para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e para o desenvolvimento de ações concretas que visem à melhoria das condições de vida desse segmento. Embora as pesquisas acadêmicas realizadas até a presente data tenham se tornado referências para o campo de estudo, elas também apontam limitações decorrentes, principalmente, da recente consolidação dessa área de estudo, da escassez de dados longitudinais e da complexidade multidimensional dos desafios envolvidos. Ainda, há que se considerar a existência de obstáculos políticos, institucionais, financeiros e estruturais, que dificultam a transposição do conhecimento acadêmico para ações concretas e eficazes, a exemplo de projetos de inovações. Em sentido oposto, a necessidade de abordagens interdisciplinares e a integração entre pesquisa, políticas públicas e sociedade civil, tornam-se essenciais para superar essas barreiras e gerar impactos transformadores para a vida das pessoas em estado de extrema vulnerabilidade, em especial a população em situação de rua (PSR) de Belo Horizonte.

8 REFERÊNCIAS

Anthonj, C. *et al.* (2024). **Co-defining WASH (In) Security challenges among people experiencing homelessness: A qualitative study on the Human Right to Water and Sanitation from Bonn, Germany.** *Medicine and Science Journal.*

Avelar Portillo, L.J. *et al.* (2023). Water, sanitation, and hygiene (WASH) insecurity in unhoused communities of Los Angeles, CA. *International Journal for Equity in Health.*

Bartram, J., & Cairncross, S. (2010). **Hygiene, Sanitation, and Water: Forgotten Foundations of Health.** *PLoS Medicine.*

Bauwens, Michel *et al.* **Synthetic Overview of the Collaborative Economy.** Paris: P2P Foundation, 2012.

Calzo J.P. (2024). Restroom Access and Health Among People Experiencing Homelessness: A Focus on San Diego, CA. *Journal of Water, Sanitation and Hygiene for Development.*

Capone, D. *et al.* (2020). Water and Sanitation in Urban America, 2017–2019. *American Journal Of Public Health.* San Diego.

Censo Pop Rua Faculdade de Medicina da UFMG, Fevereiro de 2023. <https://www.medicina.ufmg.br/faculdade-de-medicina-detalha-resultados-do-censo-de-populacao-de-rua-de-belo-horizonte/>.

Chalhoub, Sidney. **A força da escravidão: Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Geissdoerfer, M., Savaget, P., Bocken, N. M. P., & Hultink, E. J. (2017). The Circular Economy – A New Sustainability Paradigm? *Journal of Cleaner Production.*

Gleick, P. H. (2014). **The World's Water, Volume 8: The Biennial Report on Freshwater Resources.** *Island Press.*

Ikpaahindi, L. **An Overview of Bibliometrics: its Measurements, Laws and their Applications.** *Libri*, v. 35, n. 2, p.163-176, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2015.

Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation: Monitoring Sanitation, 2022. <https://washdata.org/monitoring/sanitation>.

Manzini, Ezio. (2008). **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas, novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: **E-papers**.

Ministério da Cidadania. **Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS)**. Brasília: MDS, 2022.

Ministério da Cidadania. **Famílias em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal**. Brasília: MDS, 2022c. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>.

Ministério da Cidadania. **Registro Mensal de Atendimento**. Brasília: MDS, 2022d. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>.

Mulgan, G. (2006). **The Process of Social Innovation**. 1(2), 145-162.

Murray, A., Skene, K., & Haynes, K. (2017). **The Circular Economy: An Interdisciplinary Exploration of the Concept and Application in a Global Context**. **Journal of Business Ethics**.

Nunes, Nathalie; Ferreira, Isabel; Caitana, Beatriz. (2017). **Inovação social em contextos de exclusão: “a emergência de práticas emancipatórias e democráticas alternativas com base nos direitos e na participação”**.

Neves-Silva, *et al.* (2018). Acesso à água e ao esgotamento sanitário e população em situação de rua. **Cadernos de Saúde Pública**. Belo Horizonte.

OMS. (2019). **Relatório sobre Saneamento e Higiene**. Organização Mundial da Saúde.

Thompson, J. (2002). The Power of Social Innovation. **The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal**.

UN Water. (2019). World Water Development Report 2019: Leaving No One Behind. **United Nations**.

Weinzierl, C. *et al.* (2015). Housing First in Vienna: A socially innovative initiative to foster social cohesion. **Journal of Housing and The Built Environment**. Vienna.